

CARTA DE PRINCÍPIOS – Rede de Ativismo da Economia Solidária e Etnodesenvolvimento

Publicado em março 25, 2009 por peoindio

Nos dias 20 e 21 de março foi realizado o I seminário de Etnodesenvolvimento e Economia Solidária em Juiz de Fora com a participação três vereadores do Partido do Trabalhadores, cooperativa dos professores de capoeira, representantes dos catadores, empreendimentos étnicos, incubadora da universidade de Juiz de Fora, representantes do Fórum regional de economia solidária da Zona da Mata, representantes do Movimento Negro Unificado, representantes sindicalistas, SENAES, cooperativa social de portadores de necessidades especiais e IVOZ.

Criada a **REDE DE ETNODESENVOLVIMENTO E ECONOMIA SOLIDÁRIA** de Juiz de Fora e região

Como deliberação foi formulada e aprovada a carta de princípios da Rede.

REDE DE ATIVISMO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E ETNODESENVOLVIMENTO CARTA DE PRINCÍPIOS

A terra é um espaço gerador de sociabilidade, ora, logo temos então um locus de preservação cultural que ao mesmo tempo é uma reconstrução cultural. Dessa maneira, é comum e eficiente se descrever o conceito afrodescendente como o indivíduo que se recria através da metamorfose cultural ante as intempestivas investidas conjunturais do pensamento eurocêntrico, que se dirige aos diferentes espaços do mundo. O negro brasileiro, doravante, inicia seu processo de filosofia hermética. A luta por ‘posição’ é a lógica que justifica e rege os ideais, e firma categoricamente a concepção de identidade dentro da nação brasileira. Sociologicamente pode-se dizer que os afrodescendentes reiniciaram o processo de civilização interrompido na África. Os negros se fazem presentes na luta de seu espaço transformando brandamente as relações do ‘Capital’.”

Luis Felipe da Silva Nascimento

Os trabalhadores da Economia Solidária do Município de Juiz de Fora e região da Zona da Mata, vem a público apresentar sua Carta de Princípios, aprovada durante a realização do I Seminário de Economia Solidária e Etnodesenvolvimento realizado nos dias 20 e 21 de março de 2009 no Auditório do Sindicato dos Metalúrgicos, sito à Rua Floriano Peixoto, nº 72, em Juiz de Fora – MG .

Está em curso um outro modelo de processo civilizatório a partir do qual a humanidade reedita marcos identitários capazes de revigorar valores éticos suficientes para transportar as populações, particularmente aquelas historicamente excluídas dos privilégios hierarquizados, a uma posição de vida humanizada, emancipada e autogestionável. Os atuais símbolos de poder e hegemonia, mais do que nunca, sentem estremecer o chão a seus pés, com perspectivas definitivamente comprometedoras das premissas de reversão do quadro de instabilidade financeira, econômica e cultural na forma como se apresenta, desde a fundação do Estado Moderno. Por meio de uma releitura crítica sobre os ideários desestruturantes promovidos pelo acúmulo de bens materiais, exploração e expropriação de conhecimentos e elaborações culturais,

exageração dos individualismos, destruição da natureza pela poluição do ar e das águas, desmatamentos, indústria de armamentos, fundamentalismos e racismos, a humanidade percebe o grande equívoco provocado pela idéia de que o ser humano era o centro do sistema.

O outro mundo possível, cujas matrizes encontram-se em desenvolvimento, assenta-se em premissas distintas das fundadas pela racionalidade ocidentalizadora, das quais o principal legado às futuras gerações é a desigualdade em todos os níveis, o trabalho alienante como forma de sobrevivência, o não acesso à educação de boa qualidade, os serviços de atendimento à saúde privatizados, a violência institucionalizada. Nele, as interações humanas ocorrem solidariamente, coletivamente, com a possibilidade de transformar os possíveis conflitos em traços identitários de humanização e auto-emancipação. Permite a condução da humanidade das periferias para o núcleo central numa perspectiva filosófica e propositiva, num perene ir e vir, reconstrutor das práticas a serem vivenciadas em sociedade. Tem por inspiração o patrimônio histórico das ancestralidades. Em consequência, ao exercer uma nova ética, respeitando os saberes locais, ancestrais, endógenos e participativos, nas relações com o Estado fará surgir outra economia sob princípios de autogestão e solidariedade; etnodesenvolvimentistas. Inúmeras experiências vêm se acumulando no decorrer da história neste sentido, desde as organizações quilombolas, cujo exemplo mais significativo em território brasileiro, se traduz na histórica luta de Palmares. Podem então ser citados: o Banco Quilombola, Moda e Estética Afro, as Casas de Farinha, Artesanato, Turismo Étnico, Pesca Artesanal, Empreendimentos Culturais, entre outras iniciativas no interior da atual sociedade.

Orientam-se pelos princípios da economia solidária: uso responsável dos recursos naturais, o comércio justo e solidário, a democratização do acesso a tecnologias, decisão coletiva dos recursos econômicos e o combate a todas as formas de discriminação e exploração do trabalho.

Esse transcender histórico e solidário transforma-se cotidianamente por meio da reflexão e socialização dos conhecimentos reelaborados e sistematizados, rompendo com a lógica exclusivista da dimensão econômica para galgar os universos interacionais da simbologia e das subjetividades, desconstruindo assim a crença taylorista que prevê o engajamento dos trabalhadores unicamente pelo viés econômico e material.

Na linha do tempo histórico, distancia-se dialeticamente da mera linearidade, transpondo os tempos rumo ao outro mundo possível, no qual, sem abrir mão dos saberes tradicionais, do conhecimento ancestral, avança para as interrelações transdisciplinares com o Estado.

Sob esta ótica, numa perspectiva das cosmovisões historicamente negadas, revisita-se a proposição Raça e Território (MNU – 1998) adentrando de forma a ressignificar o século 21, inserindo o Etnodesenvolvimento como categoria de análise, para além do campo conceitual.

A consolidação destas premissas está prevista com a implementação do plano de ação a seguir e pelo engajamento dos e das ativistas da Rede Solidária de Economia e Etnodesenvolvimento:

- promover a pesquisa ação como método;
- construir um modelo de organização econômico que possibilite um sistema de troca de informações e ação, através da pesquisa ação e extensão protagonizada pelas comunidades.
- implementar a Rede de Etnodesenvolvimento e Economia Solidária em todo território latino americano;
- possibilitar o reconhecimento das ancestralidades pelos seus sujeitos históricos;

- promover ações que permitam o etnodesenvolvimento sócio-cultural e econômico das comunidades compostas por povos tradicionais;
- empoderar economicamente os trabalhadores dos setores econômicos: artesanato, catadores, produção estética; manifestações artísticas, capoeira, vestuário e outros;
- fomentar o diálogo entre as comunidades;
- ampliar e fortalecer a rede das comunidades no entorno dos municípios articulados pela rede no intuito de criar estratégias de auto-sustentabilidade baseando-se nos princípios do etnodesenvolvimento e da economia solidária;
- democratizar a informação e o conhecimento desenvolvido por meio das novas tecnologias: blogs, Web rádio e IPTV;
- desenvolver um modelo de comunicação que utilize as mídias digitais e democratize o conhecimento na criação de uma linguagem audiovisual e estética dos produtos e serviços;
- viabilizar formas de divulgar as informações necessárias aos trabalhadores nas comunidades em geral, no sentido de assegurar o conhecimento dos seus direitos, assim como a acessibilidade aos meios para concretizá-los;
- desenvolver estratégias de formação de agentes locais de etnodesenvolvimento;
- desenvolver instrumentais de planejamento econômicos, como plano de negócios, planejamento e plano de distribuição;
- incentivar a criação dos Bancos Comunitários para o desenvolvimento e investimento local;
- propiciar uma política de capacitação e estímulo a participação da juventude das comunidades.
- criar oficinas que possibilitem a capacitação para o processo de organização dos setores econômicos;
- realizar curso de formação e capacitação para elaboração de projetos visando real acesso aos programas dos Governos;
- realizar cursos de capacitação para geração de renda e estabelecer parcerias com as municipalidades;
- desenvolver um IPTV comunitário para intensificar a comunicação e o acesso sócio-cultural-econômico das novas tecnologias.

JUIZ DE FORA, 22 de março de 2009.